



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DILMAR LOPES CAMERINO

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTÍOGENES MARQUES DE LIRA
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
DILMAR LOPES CAMERINO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
WALBER VALENTE DE LIMA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
EDUARDO BARROS MALHEIROS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
ANTONIO JORGE SODRÉ VALETIM DE SOUZA

DIRETOR DO 1º CAO
UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR-GERAL
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
JOSÉ GAMA FILHO

DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA

DIRETOR DE PESSOAL
OTÁVIO LASSA SARMENTO

Procuradoria-Geral de
JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. NELSON TENÓRIO SOBRINHO, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 2.150/07

Interessado: Dra. Maria das Graças Gomes de Oliveira, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo licença médica.

Despacho: À vista da informação da DP, encaminhe-se os autos para inspeção pela Junta Médica do Estado. Proc.: 2.790/07

Interessado: Antonio Fernando da Silva.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.

Proc.: 2.793/07

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Garanhuns/PE.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Maribondo.

Proc.: 2.796/07

Interessado: Departamento de Polícia Federal/AL.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc.: 2.797/07

Interessado: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AL.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

A DIRETORA-GERAL DESTA PROCURADORIA-GERAL

DE JUSTIÇA, DRA. EVELINE RODRIGUES DE SOUZA, DESPACHOU, POR DELEGAÇÃO, NESTA DATA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 2.794/07

Interessado: Centro de Ensino Superior Archanjo Mikael de Arapiraca - CESAMA.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc.: 2.800/07

Interessado: Melba Cândida Evaristo de Oliveira e Silva, funcionária desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: À DCF para as providências cabíveis.

Processo FEMPEAL nº 001/07

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Solicitação para abertura de licitação.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 07 de novembro de 2007.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Assessor Técnico/Diretoria Geral

PORTARIA nº 716, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Corregedor-Geral do Ministério Público, 01 (uma) diária, no valor de R\$ 366,66 (trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Brasília/DF, no período de 08 à 09 de novembro do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

* Republicado por incorreção

PORTARIA nº 717, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em seu favor, 01 (uma) diária, no valor de R\$ 366,66 (trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Brasília/DF, no período de 08 à 09 de novembro do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

* Republicado por incorreção

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Ano de 2007.

Aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2007 (dois mil e sete), às 9 (nove) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, na sala de reuniões da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Oitava Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público os Conselheiros Dr. Lean Antonio Ferreira de Araújo, Dr. Carlos Alberto Torres, Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Dr. Walber Valente de Lima, Dr. Artran de Pereira Monte e Dr. Dilmar Lopes Camerino, sendo presidida a Sessão, por deliberação dos demais Conselheiros, pelo Conselheiro Corregedor. Concerne ao Conselheiro Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, por volta das 10 horas e 45 minutos assumiu a condução dos trabalhos desta Sessão, vez que quando iniciados estes trabalhos, encontrava-se noutra reunião realizada na sala da Procuradoria Geral de Justiça. Assim, conferido o número legal, o Conselheiro Corregedor deu por aberta a Sessão, que teve como pauta: 1 - A Apreciação da Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2007; 2 - Comunicação da vacância do cargo da 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, vago desde 22 de março de 2007, para fins de fixação do critério para provimento deste cargo de 2ª entrância, cuja atribuição é criminal; 3 - Processo nº 822/

2007. Interessado: Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual: Assunto: Encaminha cópia de portaria que instaurou Procedimento Administrativo para investigar as condições de funcionamento de indústria de ração para animais; 4 - Processo nº 974/07. Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Encaminha cópia de portaria instauradora de Inquérito Civil para apurar fatos pertinentes à prestação de serviço por parte da Unidade Médica de Emergência de Penedo; 5 - Ofício CIR/GAB/PGJ/Nº 033/2006. Interessado: Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre. Assunto: Encaminha cópia de resolução que dispõe sobre fixação de residência de Membros do Ministério Público do Estado do Acre; 6 - Ofício nº 008/2007 - GPJ. Interessado: Ciro Eduardo Blatter Moreira, Promotor de Justiça. Assunto: Informação sobre segurança individualizada prestada pela Assessoria Militar da PGJ, conforme solicitação deste Conselho, cujo expediente tombou o nº 07/2007 - CSMP; 7 - Processo nº 997/2007. Interessado: Tácito Yuri de Melo Barros, Promotor de Justiça. Assunto: Informação sobre segurança individualizada prestada pela Assessoria Militar da PGJ, conforme solicitação deste Conselho, cujo expediente tombou o nº 10/2007 - CSMP; 8 - Processo nº 1084/2007. Interessado: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Promotor de Justiça. Assunto: Informação sobre segurança individualizada prestada pela Assessoria Militar da PGJ, conforme solicitação deste Conselho, cujo expediente tombou o nº 08/2007-CSMP; 9 - Comunicação da distribuição dos Processos de números 1368/06, 023/06 e 2708/06, para o Conselheiro Dr. Walber José Valente de Lima, como Relator; dos Processos de números 1868/06, 2668/05 e 1944/05, para o Conselheiro Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, como Relator, dos Processos de números 775/06, 152/04 e 036/05, para o Conselheiro Dr. Carlos Alberto Torres, como Relator, dos Processos de números 1650/06, 2676/06 e 01/06, para o Conselheiro Dr. Dilmar Lopes Camerino, como Relator, e dos Processos de números 029/05, 3227/06 e 2730/06, para o Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte, como Relator. No tocante ao item 1 (um), a Ata da 7ª Sessão foi aprovada à unanimidade pelos Conselheiros. No que tange ao item 2 (dois), os Conselheiros se deram por ciente e deliberaram que o critério para provimento do cargo da 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos seria de promoção por antiguidade, em face da promoção anterior de 2ª entrância ter sido por merecimento precedida de remoção, no caso a 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema. Concerne ao item 3 (três), o Conselheiro Dr. Carlos Torres pediu explicações sobre o mérito deste procedimento, tendo sido explicado pelo Conselheiro Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, subscritor da Portaria, que o cerne deste procedimento seria investigar as condutas perpetradas contra o meio ambiente pela indústria em questão, a exemplo dos odores fétidos expelidos no processo de fabrico destas rações, o qual perturba a população circunvizinha. Procedida esta explicação, os Conselheiros deram-se por cientificados, à exceção do comunicante, o Conselheiro Dr. Geraldo Magela. Com a palavra o Conselheiro Dr. Dilmar Lopes Camerino anotou que os Inquéritos Cíveis têm prazo para conclusão, conforme Resolução do Colégio de Procuradores, editada na época em que fora Procurador Geral, por sua iniciativa, e considerando a mora para a conclusão de alguns que estão em tramitação no âmbito do Ministério Público, solicitou da Corregedoria do Ministério Público o acompanhamento do prazo para a conclusão dos procedimentos instaurados. Quanto ao item 4 (quatro), os Conselheiros se deram por cientificados. No que atine ao item 5 (cinco), foi deliberado que cópia do Ofício Circular do Gabinete do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Acre, de nº 33/2006, fosse distribuído aos Conse-

lheiros para análise, restando para a próxima Sessão a discussão e deliberação sobre esse assunto. No que tange ao item 6, 7 e 8, o Conselheiro Dr. Geraldo Magela, após congratular-se com a direção dos trabalhos pelo Conselheiro Corregedor Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo e, ainda, depois registrar a brilhante atuação do Dr. Lean como Professor Universitário na Cidade de Arapiraca, o que muito tem honrado os arapiraquenses, sugeriu que fossem encaminhadas cópias das informações prestadas pelos Promotores de Justiça que estão recebendo segurança por parte da Assessoria Militar da Procuradoria Geral de Justiça, para fins de análise, aos Conselheiros. E quanto aos demais Promotores de Justiça que ainda não informaram, propôs que fossem instados a fazê-lo. Neste âmbito, a condução dos trabalhos foi passada ao Conselheiro Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, que foi identificado pelo Conselheiro Corregedor das decisões e ciências já tomadas por este Colegiado. O Conselheiro Dr. Dilmar Lopes Camerino salientou que o momento em que estamos vivendo é impar quanto à avultação dos índices de criminalidade, a exemplo do que vem ocorrendo na Comarca de Satuba, na qual se encontra o Promotor de Justiça Dr. Ciro Blatter. Demais disso, pela própria natureza do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas, na qual está implícita a gravidade dos atos perpetrados pelos delinquentes que compõem estas organizações, este Grupo, composto por membros do Ministério Público Estadual, merece segundo ele atenção especial. Assim, concluiu que quando da análise das informações prestadas pelos Promotores de Justiça que estão a receber segurança da Assessoria Militar da Procuradoria de Justiça, que os Conselheiros analisassem a necessidade desta segurança em razão do aspecto subjetivo de cada função, ora desempenhada por estes Promotores de Justiça. Acolhida à unanimidade a sugestão do Conselheiro Dr. Geraldo Magela, restou deliberado que cópias das informações deveriam ser encaminhadas aos Conselheiros e instados os Promotores de Justiça que ainda não informaram a fazê-lo. Com a palavra, o Conselheiro Dr. Carlos Torres salientou que os preços dos combustíveis na Cidade de Maceió, além de ser um dos mais altos do país, não têm variação de preço, aparentemente existir neste Município um cartel dos combustíveis. Ademais, acrescentou que os combustíveis aqui vendidos no varejo poderiam estar fora das especificações, podendo configurar na espécie a prática de adulteração de combustíveis. Diante disso, propôs que fossem instados o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas e o Núcleo de Defesa do Consumidor visando a saber destes quais são as providências que vêm sendo adotadas quanto a estas questões. Quanto a esta proposta, foi acolhida à unanimidade pelos Conselheiros, que deliberaram no sentido de o Secretário, de ordem, assim solicitar. O Conselheiro Corregedor solicitou que o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas fosse instado a encaminhar o relatório das suas atividades, consoante determina a Resolução que o criou. Acolhida à unanimidade esta sugestão, restou deliberado que o Secretário assim o fizesse. Neste momento o Conselheiro Dr. Geraldo Magela solicitou a palavra para ler a consulta que fará, enquanto cidadão, ao Conselho Nacional do Ministério Público, no que atine à possibilidade de alunos de faculdades autorizadas participarem de certame para seleção de estagiários para o Ministério Público Estadual, na área jurídica. Lida a consulta, foram feitas pequenas correções por alguns dos Conselheiros. Neste instante, o Conselheiro Dr. Dilmar Lopes Camerino registrou sua profunda satisfação pessoal, enquanto Católico Apostólico Romano, praticante, com a futura chegada do Papa ao Brasil, na data de hoje. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra e nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura desta Ata, correspondente à Oitava Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do ano de dois mil e sete, o que fez como Secretário, a qual depois de lida e aprovada vai assinada por mim, Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, pelo Presidente e demais membros do Conselho presentes.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário

Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca
Conselheiro Presidente

Dr. Lean Antonio Ferreira de Araújo
Conselheiro

Dr. Carlos Alberto Torres
Conselheiro

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Conselheiro

Dr. Walber Valente de Lima
Conselheiro

Dr. Dilmar Lopes Camerino
Conselheiro

Dr. Artran de Pereira Monte
Conselheiro

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Ano de 2007.

Aos 06 (seis) dias do mês de junho do ano de 2007 (dois mil e sete), às 9 (nove) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, na sala de reuniões da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Nona Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público os Conselheiros Dr. Carlos Alberto Torres, Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Dr. Walber Valente de Lima e Dr. Eduardo Barros Malheiros. Em face das ausências dos Conselheiros Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, Dr. Lean Antonio Ferreira de Araújo, Dr. Artran de Pereira Monte e Dr. Dilmar Lopes Camerino, deliberaram os Conselheiros presentes que havendo quorum a reunião deveria ocorrer, ficando decidido à unanimidade que nas ausências do Conselheiro Presidente e do Conselheiro Corregedor, membros natos do Conselho Superior do Ministério Público, o Conselheiro mais votado dentre os presentes deveria presidir a Sessão, desde que houvesse número legal para sua instalação. Deste modo, Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, o Conselheiro que teve o maior número de votos na composição do Conselho, assumiu a condução dos trabalhos desta Sessão. Cumpre esclarecer que à presença do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros se deve à ausência do Conselheiro Dilmar Lopes Camerino no dia de hoje, substituído, a pedido, por este suplente. Assim, conferido o número legal, o Conselheiro Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá deu por aberta a Sessão, que teve como pauta: 1 - A Apreciação da Ata da 8ª Reunião Ordinária de 2007; 2 - Ofício nº 025/07. Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Meio Ambiente. Assunto: Comunica instauração de Inquérito Civil Público para apurar possíveis degradações ambientais consistentes em empreendimentos (Condomínio Alto das Alamedas), no Bairro de Cruz das Almas; 3 - Ofício nº 39/2007 - NFPE. Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual. Assunto: Encaminha cópia de ação civil pública instaurada em desfavor do Estado, em face de irregularidades no Concurso da SESA/2003; 4 - Processo nº 1098/2007. Interessada: Promotoria de Batalha. Assunto: Comunica Instauração de Procedimento Administrativo para apurar possível prática de atos de improbidade administrativa e ilícitos penais por parte da Ex-presidente da Câmara de Vereadores daquela Cidade; 5 - Processo nº 1167/2007. Interessada: 2ª Promotoria de São Miguel dos Campos. Assunto: Comunica Instauração de Procedimento Administrativo para apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores municipais pela empresa Elo Social de Gestão Pública, denunciadas pelo Sindicato dos Servidores Municipais de São Miguel dos Campos; 6 - Processo nº 1.191/07. Interessada: Promotoria de Justiça Drª Adézia Lima de Carvalho. Assunto: Requerendo autorização para se afastar no período de 21/05 a 24/05 do ano em curso, visando frequentar curso sobre Recurso Especial, na Cidade de São Paulo/SP. Já deferido pelo PGJ; 7 - Apuração do critério de antiguidade dentre os Promotores de Justiça habilitados à promoção do cargo da Terceira Promotoria de São Miguel dos Campos, de segunda entrância, para fins de indicação do habilitado por este critério, concorrendo para esta promoção os Promotores de Justiça: Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça de Limoeiro de Anadia, habilitado através do Processo de nº 1.210/07; Antonio Luiz dos Santos Filho, Promotor de Justiça de Paulo Jacinto, habilitado através do Processo de nº 1269/2007, e Hylza Paiva Torres, Promotora de Justiça de Passo de Camaragibe, habilitada através do Processo nº de 1284/2007; 8 - Julgamento dos Processos de números 023/06, 1.368/06 e 2.708/06, tendo como Relator o Conselheiro Dr. Walber José Valente de Lima, e 9 - Julgamento dos Processos de números 029/05, 3.227/06 e 2.730/06, tendo como Relator o Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte. Com efeito, tendo sido recebido pelo Secretário do Conselho o Expediente de nº 083/07, na manhã de hoje, oriundo do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas, em mesa foi posto para deliberação dos Conselheiros. No tocante ao item 1 (um), a apreciação da Ata da 8ª Sessão, restou deliberado que fosse colocada em pauta para a próxima Reunião, já que quatro dos Conselheiros presentes àquela Sessão estavam ausentes. No que tange ao item 2 (dois), 3 (três), 4 (quarto) e 5 (cinco), os Conselheiros se deram por ciente. Neste passo, o Conselheiro Presidente, Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, propôs que fosse instado o Conselheiro Corregedor, Dr. Lean Antonio Ferreira de Araújo, mediante ofício deste Conselho, para observar o cumprimento dos respectivos prazos para conclusão destes procedimentos instaurados, o que foi acolhido à unanimidade pelos Conselheiros presentes. Concernente ao item 6 (seis), os Conselheiros referendaram a decisão do Procurador Geral de Justiça. No que toca ao item 7 (sete), depois de consultada a lista de antiguidade da primeira entrância, em cotejo com os Processos de números 1.210/07, 1.269/07 e 1.284/07, foi indicado à promoção ao cargo

de Promotor de Justiça da Terceira Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, de segunda entrância, o Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura. Atinente ao item 8 (oito), o Conselheiro Walber José Valente de Lima passou a relatar o Processo de nº 023/06, dizendo tratar de denúncia sobre irregularidade na comercialização da Água de Coco Jacarecica, e, após análise dos autos, concluiu pelo arquivamento em face da não comprovação da denúncia. À unanimidade, os Conselheiros acolheram o seu voto, determinado o arquivamento do processo em tela. Passou então a relatar o Processo de nº 2706/06, dizendo tratar da atribuição em fiscalizar a execução da descentralização do programa de inclusão digital, e após análise dos autos, concluiu pelo arquivamento em razão da atribuição de fiscalizar a matéria em exame caber ao Ministério Público Federal. Também à unanimidade, os Conselheiros acolheram o seu voto, determinado o arquivamento do processo em questão. Quanto ao Processo de nº 1368/06, pediu que fosse retirado de pauta para melhor análise, o que foi acolhido à unanimidade pelos demais Conselheiros. No tocante ao item 9 (nove), em virtude da ausência do Conselheiro Relator, os processos não foram apreciados. Pertinente ao Expediente de nº 083/07, oriundo do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas, após ser lido este ofício pelo Secretário do Conselho, a pedido do Conselheiro Presidente, foi deliberado que esta matéria deverá ser discutida em conjunto com as demais informações prestadas pelos órgãos parquinhos que estão recebendo segurança individualizada através da Assessoria Militar da Procuradoria Geral de Justiça. Encerrada a pauta, o Conselheiro Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá disse estar lisonjeado em Presidir pela primeira vez a Reunião deste Colendo Conselho, agradecendo aos demais pares pela paciência em tê-lo na condução deste labor na data de hoje. Ademais, aproveitando da ocasião, dirigiu-se ao Conselheiro Dr. Carlos Torres para lamentar pela sua compulsória aposentadoria, visto que no ápice da produção intelectual e magna experiência deste diligente e competente Procurador de Justiça, ele é obrigado a deixar a Instituição Ministerial por força da idade. Salientou ainda que o exemplo que vai deixar em todos no Ministério Público já é visto na pessoa de seu filho Ricardo Torres, a quem nos assiste com competência, desembaraço e impessoalidade, já que recebeu de seu genitor a formação ética, profissional e, sobretudo, de exemplo moral, que nada mais são do que o reflexo do homem Carlos Torres. Disse ainda que vê o Conselheiro Dr. Carlos Torres, após 25 anos de casa, com o mesmo vigor do primeiro dia de trabalho no Ministério Público, sempre atuante e dinâmico, pronto a colaborar, quer com suas observações, quer efetivamente executando a missão que lhe foi confiada, apresentando-se, deste modo e sem dúvidas, como um dos pilares desta Instituição Ministerial. Com a palavra o Conselheiro Dr. Walber José Valente de Lima, ratificou in totum as palavras do Conselheiro Presidente e destacou que sendo o Conselheiro Dr. Carlos Torres uma pessoa disposta a trabalhar, sem dúvida vai fazer falta a esta Instituição. O Conselheiro Dr. Carlos Torres, em tom emocionado, agradeceu as palavras carinhosas e bondosas dos colegas, dizendo que, em razão dos convites que vem recebendo, de certo estará servindo com assessor de algum colega a partir da sua aposentadoria e, assim, de certa forma, não estará deixando em definitivo o Ministério Público. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra e nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura desta Ata, correspondente à Nona Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do ano de dois mil e sete, o que fiz como Secretário, a qual depois de lida e aprovada vai assinada por mim, Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, pelo Presidente e demais membros do Conselho presentes.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Conselheiro em Exercício na Presidência

Dr. Carlos Alberto Torres
Conselheiro

Dr. Walber Valente de Lima
Conselheiro

Dr. Eduardo Barros Malheiros
Conselheiro

Ata da 16ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Ano de 2007.

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2007 (dois mil e sete), às 9 (nove) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, na sala de reunião da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público os Conselheiros Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, Dr. Dilmar Lopes Camerino, Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Dr. Walber Valente de Lima e Dr. Artran de Pereira Monte. Conferido o número legal, o Conselheiro Presidente, Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, deu por aberta a Sessão. O Conselheiro Walber José Valente de Lima justificou sua ausência à 15ª Reunião Ordinária, o que foi acatado por todos. Foram submetidas à apreciação as Atas das 14ª e 15ª Reuniões Ordinárias de 2007, que foram aprovadas sem emendas. Dando prosseguimento à sessão o Senhor Presidente pugnou pela inversão de um item da pauta, colocando para apreciação dos demais a lista geral de antiguidade, que foi conhecida e aprovada pelos demais conselheiros. Em ato contínuo o Senhor Presidente colocou à mesa para apreciação e deliberação a revisão dos assentos e súmulas do CSMP. Após análise e debates, os senhores Conselheiros deliberaram à unanimidade pela revogação do Assento nº. 004/2003, repristinando os efeitos do Assento nº. 001/2000, que tem o seguinte conteúdo: "O arquivamento, determinado por órgão do Ministério Público de 1º grau, de peças informativas que narrem matéria de natureza criminal, sem intervenção da autoridade judiciária, deverá ser submetido a reexame do Procurador-Geral de Justiça, em face da aplicação analógica do art. 28, do Código de Processo Penal". Os demais assentos e súmulas foram mantidos. O Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá, justificou seu voto pela manutenção da Súmula 001/2003, afirmando que a mesma não macula a simples oitiva de interessados pelos Centros de Apoio Operacional e posterior remessa ao promotor de justiça natural, o que foi o entendimento dos demais conselheiros. O Senhor Presidente pediu licença aos demais conselheiros para se ausentar, em face de um compromisso agendado, assumindo, assim, os trabalhos, o Conselheiro Dilmar Lopes Camerino, Procurador-Geral de Justiça Substituto. Em ato contínuo, o Senhor Presidente colocou à mesa a proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, no que toca, especificamente, ao capítulo que trata da instauração e processamento do inquérito civil, em face da nova regulamentação traçada pelo Conselho Nacional do Ministério Público sobre este ponto. O Conselheiro Lean Antonio Ferreira de Araújo propôs que os demais conselheiros examinassem com mais vagar a Resolução nº. 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e que numa outra oportunidade, deliberaria-se quanto às adaptações necessárias a ser feitas no RICSMP, o que foi anuído por todos. O Senhor Presidente, Dr. Dilmar Lopes Camerino, parabenizou o Procurador-Geral de Justiça pela inserção da intranet no seio do Ministério Público, o que vem de encontro aos anseios da modernidade, o que será de extrema valia à instituição e a seus membros. O Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo associou-se às palavras do Senhor Presidente. Em face à inexistência de outras matérias a ser deliberadas, Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando que tudo constasse em Ata, do que para constar, eu Wladimir Bessa da Cruz, Secretário em substituição do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, lavrei a presente que após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Excelentíssimos Senhores Conselheiros.

Wladimir Bessa da Cruz
Secretário em substituição

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Presidente

Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo
Conselheiro

Dr. Dilmar Lopes Camerino
Conselheiro

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Conselheiro

Dr. Walber Valente de Lima
Conselheiro

Dr. Artran de Pereira Monte
Conselheiro

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Ano de 2007.

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro do ano de 2007 (dois mil e sete), no horário regimental, na sala de reunião da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público os Conselheiros Coaracy José Oliveira da Fonseca, Dilmir Lopes Camerino, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber Valente de Lima, Eduardo Barros Malheiros e Artran de Pereira Monte. Conferido o número legal, o Conselheiro Presidente, Coaracy José Oliveira da Fonseca, deu por aberta a Sessão. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo que se encontrava numa reunião em Palácio do Governo Estadual. O Conselheiro Eduardo Barros Malheiros, embora de férias, justificou sua ausência à última reunião uma vez que se encontrava na cidade de São Paulo-SP, para realizar exames médicos, o que foi acatado por todos. O Conselheiro Dilmir Lopes Camerino pugnou à presidência que as justificativas das eventuais faltas dos membros do Conselho Superior seguissem o procedimento previsto no artigo 29, do RICSM, o que foi acatado. Foi apreciada a Ata da Décima Sexta Reunião Ordinária de 2007, que foi aprovada sem emendas. Dando prosseguimento à sessão o Senhor Presidente colocou à mesa para apreciação e deliberação os Processos PGJ n.ºs 2.216/07, 2.372/07, 2.375/07, 2.376/07, 2.377/07, 2.389/07, 2.391/07 e 2.393/07, que têm como interessados, respectivamente, os Promotores de Justiça Marília Cerqueira Lima, Tácito Yuri de Melo Barros, Adilza Inácio de Freitas, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, José Carlos Silva Castro, Failde Soares Ferreira Mendonça e Adriano Jorge Correia de Barros Lima, que requereram autorização para participar do XVII Congresso Nacional do Ministério Público, na cidade de Salvador-BA, de 26 a 29 de setembro do corrente ano. O Conselho Superior, à unanimidade, referendou a autorização concedida pelo Presidente. Em ato contínuo, o Senhor Presidente colocou à apreciação dos demais Conselheiros o Processo PGJ n.º 2.216/07, que tem como interessado o Promotor de Justiça Jomar Amorim de Moraes, requerendo autorização para participar do Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, na cidade de Salvador-BA, de 13 a 15 de setembro de 2007. O Conselho Superior, à unanimidade, referendou a autorização concedida pelo Presidente. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente determinou ao Secretário que procedesse a distribuição ao Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá, do Ofício n.º 084/2007, que tem como interessado o Promotor de Justiça Sérgio Eduardo Simões, firmando TAC - Termo de Ajustamento de Conduta com a Cia. Açucareira Norte de Alagoas. O Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá manifestou seu espanto quanto ao fato da gasolina em Alagoas ser uma das mais caras do país, tendo o mesmo sugerido o envio de recomendação ao GECOC para que se proceda à investigação relativa à possível existência de cartel no setor de combustíveis, o que foi anuído pelos demais Conselheiros. Preocupado com o quadro de violência que atinge o Estado, o Conselheiro Dilmir Lopes Camerino sugeriu que o Senhor Presidente transmitisse ao Excelentíssimo Senhor Governador que, independentemente da apuração realizada pela Polícia local, solicite Sua Excelência ao Ministro da Justiça a participação efetiva da Polícia Federal nas investigações dos crimes reputados de natureza política, bem como a vinda a Alagoas, pelo tempo necessário ao restabelecimento total do aparato de segurança pública, mormente a greve da Polícia Civil, da Força Nacional de Segurança Pública, o que foi endossado pelos demais Conselheiros. Em face à abordagem pelo Conselheiro Eduardo Barros Malheiros, acerca do cadastramento dos servidores comissionados do Ministério Público, o Senhor Presidente informou que tal medida resulta de um trabalho conjunto com os Tribunais de Justiça e de Contas, no sentido de haver uma desvinculação de suas folhas de pagamento com a do Estado, não se necessitando, assim, dos serviços da Elógica, empresa que faz a folha de pagamento do Estado, passando o próprio Ministério Público a fazer integralmente sua folha. O Senhor Presidente comunicou, ainda, que determinou ao setor competente, que procedesse aos cálculos da diferença do décimo terceiro subsídio pago aos membros do Ministério Público antes do aumento e, em havendo disponibilidade orçamentária e

financeira, não hesitará em pagar aos que fizerem jus. Em face à inexistência de outras matérias a ser deliberadas, Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando que tudo constasse em Ata, do que para constar, eu Wladimir Bessa da Cruz, Secretário em substituição do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, lavrei a presente que após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Excelentíssimos Senhores Conselheiros.

Wladimir Bessa da Cruz
Secretário em substituição

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Presidente

Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo
Conselheiro

Dr. Dilmir Lopes Camerino
Conselheiro

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Conselheiro

Dr. Walber Valente de Lima
Conselheiro

Dr. Artran de Pereira Monte
Conselheiro

Dr. Eduardo Barros Malheiros
Conselheiro

Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Ano de 2007.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2007 (dois mil e sete), no horário regimental, na sala de reunião da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público os Conselheiros Coaracy José Oliveira da Fonseca, Dilmir Lopes Camerino, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Eduardo Barros Malheiros. Conferido o número legal, o Conselheiro Presidente, Coaracy José Oliveira da Fonseca, deu por aberta a Sessão. Foi apreciada a Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária de 2007, que foi aprovada sem emendas. Dando prosseguimento à sessão o Senhor Presidente colocou à mesa para conhecimento dos demais Conselheiros: Ofício n.º 119/2007, que tem como interessado o Doutor Sérgio Eduardo Simões, comunicando TAC - Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Promotoria de Justiça de Porto Calvo e o Município de Campestre-AL; Ação Civil Pública intentada pela Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor. Em seguida, o Senhor Presidente colocou à mesa para apreciação e deliberação: Processos PGJ n.ºs 2.606/07 e 2.612/07, que têm como interessadas, respectivamente, as Promotoras de Justiça Failde Soares Ferreira Mendonça e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcelos que requereram autorização para participar do Encontro Nacional das Fundações e Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, na cidade de Salvador-BA, de 23 a 26 de outubro do corrente ano, onde o Conselho Superior, à unanimidade, referendou a autorização concedida pelo Presidente. Em ato contínuo, o Senhor Presidente colocou à apreciação dos demais Conselheiros o Processo PGJ n.º 2.630/07, que tem como interessado a Prefeitura Municipal de Maceió, solicitando o afastamento da Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, onde o Conselheiro Eduardo Barros Malheiros, verificando a ausência de informações imprescindíveis para o deslinde do feito, pugnou pela conversão do julgamento em diligência para que a Diretoria de Pessoal informe se a citada Promotora de Justiça fez a opção prevista no art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, o que foi acatado por todos os Conselheiros. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente determinou ao Secretário que procedesse a distribuição ao Conselheiro Walber José Valente de Lima, do Processo PGJ n.º 2.581/2007, que tem como interessado a Promotora de Justiça Cíntia Calumby da Silva Coutinho, formulando consulta ao Conselho Superior sobre qual promotoria de justiça deve exercer funções elei-

torais na circunscrição de Rio Largo. Em face à inexistência de outras matérias a ser deliberadas, Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando que tudo constasse em Ata, do que para constar, eu Wladimir Bessa da Cruz, Secretário em substituição do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, lavrei a presente que após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Excelentíssimos Senhores Conselheiros.

Wladimir Bessa da Cruz
Secretário em substituição

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Presidente

Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo
Conselheiro

Dr. Dilmir Lopes Camerino
Conselheiro

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Conselheiro

Dr. Walber Valente de Lima
Conselheiro

Dr. Artran de Pereira Monte
Conselheiro

Dr. Eduardo Barros Malheiros
Conselheiro

PROTOCOLO GERAL

AO(S) '06' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU APÓS AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2802 / 2007
Interessado:
DRª MICHELLE LAURINDO TENÓRIO S. DOS ANJOS, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Assunto:
REQ. PASSAGENS AÉREAS E DIÁRIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2803 / 2007
Interessado:
MÁRCIO DE GUSMÃO BARBOSA, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ
Assunto:
REQUERENDO CARTEIRA FUNCIONAL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2804 / 2007
Interessado:
DRª GILCELE DAMASO DE ALMEIDA LIMA, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO LICENÇA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2805 / 2007
Interessado:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Assunto:
REQUERENDO AUTORIZAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROTOCOLO GERAL

AO(S) '07' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2806 / 2007
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Assunto:
ENCAM. DISKETTE CONTENDO ARQUIVO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2807 / 2007
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Assunto:
ENCAM. DISKETTE CONTENDO ARQUIVO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2808 / 2007
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Assunto:
ENCAM. DISKETTE CONTENDO ARQUIVO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2809 / 2007
Interessado:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AL.
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2810 / 2007
Interessado:
TEN CEL IVON BERTO TIBÚRCIO DE LIMA, CHEFE DA AMPGJ
Assunto:
REQ. SUSPENSÃO DE GRATIFICAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2811 / 2007
Interessado:
TEN CEL IVON BERTO TIBÚRCIO DE LIMA, CHEFE DA AMPGJ
Assunto:
REQ. IMPLANTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2812 / 2007
Interessado:
TEN CEL IVON BERTO TIBÚRCIO DE LIMA, CHEFE DA AMPGJ
Assunto:
REQ. IMPLANTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2813 / 2007
Interessado:
TEN CEL IVON BERTO TIBÚRCIO DE LIMA, CHEFE DA AMPGJ
Assunto:
REQ. IMPLANTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2814 / 2007
Interessado:
TEN CEL IVON BERTO TIBÚRCIO DE LIMA, CHEFE DA AMPGJ
Assunto:
REQ. IMPLANTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2815 / 2007
Interessado:
DR. SITAEL JONES LEMOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 24/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2006.003375-3
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL
CAPITAL
RECORRENTE:
MUNICÍPIO DE MACEIÓ
RECORRIDO :
ESPÓLIO DE JOÃO FÉLIX FILHO
Entrada :31/10/2007 Retirada :31/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

Proc.2816 / 2007
Interessado:
COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR(ES)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2005.002034-4
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRENTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
MARCOS ANTONIO LOPES DA SILVA E OUTROS
Entrada :24/10/2007 Retirada :24/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

- TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.002100-5
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
ARAPIRACA
PACIENTE :
THIAGO DOS SANTOS LIMA
:
Entrada :29/10/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

Proc.2817 / 2007
Interessado:
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO BRÁS
Assunto:
REQ. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MP
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 24/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2007.000146-7
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL
CAPITAL
RECORRENTE:
PIZZERIA ARMAZÉM GUIMARÃES LTDA.
RECORRIDO :
GUSTAVO WANDERLEY TORRES E OUTROS
Entrada :31/10/2007 Retirada :31/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

Proc.2819 / 2007
Interessado:
DEPUTADO ESTADUAL RICARDO NEZINHO
Assunto:
REQ. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MP
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2006.000783-7
RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
RECORRENTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
LINALDO PRAXEDES LEO
Entrada :24/10/2007 Retirada :24/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

=====
PROCOLO GERAL
=====
AO(S) '06' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROCOLO GERAL

AO(S) '06' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

CAMARA CRIMINAL

2007.002529-2
RECURSO CRIME
CAPITAL
RECORRENTE :
MINISTÉRIO PÚBLICO
RECORRIDO :
JOSÉ ANDRE DA SILVA CAMPOS
Entrada :1/11/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :6/11/2007 Saidap/TJ 6/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 24/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

- TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.001833-8
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
VICOSA
PACIENTE :
JOSE MAURO DA SILVA
:
Entrada :29/10/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

- 1ª CAMARA CIVEL

2007.002037-1
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRADO :
MUNICÍPIO DE MACEIÓ
AGRADO :
MANGABEIRAS VEÍCULOS LTDA
Entrada :31/10/2007 Retirada :6/11/2007
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

PROCOLO GERAL

AO(S) '07' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2007.000660-1
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRENTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
JUDSON ALMEIDA TORRES
Entrada :24/10/2007 Retirada :24/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

- TRIBUNAL PLENO CIVEL

2006.001259-1
RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
RECORRENTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO :
ANSETT TECNOLOGIA LTDA
Entrada :30/10/2007 Retirada :30/10/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 30/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
COARACY JOSE O.DA FONSECA

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

- TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.001435-4
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
PARIPUEIRA
PACIENTE :
LUIZ FELIPE LIMA GREGORIO
:
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :29/10/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

PROCOLO GERAL

=====
AO(S) '07' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROMOVEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

- SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2007.000460-7
ACAO RESCISORIA
CAPITAL
AUTOR :
ELZIA DE ALBUQUERQUE LIMA
REU :
MARIA FRANCISCA DA SILVA AGOSTINHO
Entrada :29/10/2007 Retirada :7/11/2007
Devolução : Saidap/TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

Entrada :29/10/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :7/11/2007 Saidap/TJ 7/11/2007